



A. D. I.  
**ACÇÃO DEMOCRÁTICA INDEPENDENTE**  
**DIRECÇÃO**

**COMUNICADO**

A Direção do ADI vem acompanhando com profunda tristeza o posicionamento público assaz irresponsável e mesquinho que o governo e os partidos que o suportam, vêm assumindo nos últimos dias, numa maquiavélica associação com pessoas e sectores alheios aos interesses reais e atuais do país e do povo, instrumentalizando vergonhosamente um Acordo de Crédito celebrado por um governo legítimo e democraticamente eleito, no uso das suas competências constitucionais.

Num momento em que o país ainda é fustigado pelas medidas, muitas delas descabidas, impostas ao povo pelo Governo no âmbito do Estado de Calamidade decretado, que agrava sobremaneira as condições de vida das populações e a epidemia da Dengue que ameaça assustadoramente a saúde pública e vida dos nossos concidadãos, quando os quatro tipos de vírus da doença circulam por todas as regiões do continente, é endémico em mais de trinta e quatro países africanos, havendo, segundo a OMS, mais de cinquenta milhões de casos de infeção e provocando a morte de mais de 5% dos infetados, o governo assobia despreocupadamente para os lados.

O Governo preferiu esconder ao povo e ao mundo os casos da Dengue, que há já vários meses circulam no país, tendo já provocado morte de pessoas, preferindo colocar na sua agenda política prioritária um caso assaz conhecido, que se encontra sob a alçada da justiça, já escapando à competência do governo, e que foi sobejamente investigado e arquivado desde o ano de 2019.

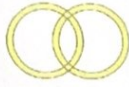
Esta inversão de prioridades revela as reais intenções do governo e dos partidos no poder, que com o aproximar das eleições legislativas e o receio de uma drástica censura popular, decidiram regressar às velhas práticas da perseguição, da calúnia, da difamação e do descrédito, com o propósito único de ofender a imagem, o prestígio, o bom nome e a reputação dos adversários políticos, como única forma de sua sobrevivência.

Com efeito, em nome da República Democrática de São Tomé e Príncipe, o XVI Governo Constitucional assinou um Acordo de Crédito com um Fundo de Investimento constituído sob a égide do Direito da Região Especial da República Popular da CHINA – Hong Kong - e com sede nessa região.

O referido Acordo de Crédito vincula o Estado de São Tomé e Príncipe exclusivamente àquela entidade e não revela quaisquer indícios de corrupção ou de apropriação indevida de recursos públicos, sendo certo e comprovado que todo o dinheiro transferido pelo dito Fundo foi para a Conta do Tesouro Público e utilizado de acordo com as regras estabelecidas.

Incompreensivelmente, o governo e os seus acólitos, dentro e fora do país, depois de uma fastidiosa campanha de falsas acusações e expedientes sem escrúpulo, vêm com a baixeza que lhes é costumeira, associar a República de Angola ao caso, quando na altura aquele país não foi, nem intermediário, nem garante, na concessão do crédito em causa, bem como o governo de São Tomé e Príncipe nunca teve qualquer intenção ou propósito de contratar com a República de Angola e, muito menos, causar-lhe prejuízos, seja de que natureza for.





A. D. I.  
**ACÇÃO DEMOCRÁTICA INDEPENDENTE**  
**DIRECÇÃO**

Foram feitas investigações e levadas a cabo diligências diversas sobre o caso, tanto no plano interno como internacional, sem que tenham sido recolhidos indícios de quaisquer crimes, importando aqui recordar que São Tomé e Príncipe é um Estado de Direito, onde as decisões de justiça prevalecem sobre todas as outras, e que nenhum elemento novo foi trazido à luz do dia que possa sustentar validamente esta nova tentativa mediática de intimidação dos eleitores e manipulação da opinião pública nacional e internacional.

Assim sendo, as gesticulações atuais dos detentores do poder, nada têm a ver com os interesses em resolver os prementes problemas do país, mas tão-somente a busca de uma tábua de salvação, tentando a todo custo turvar as águas e desviar os olhares e o sentimento do povo daquilo que é verdadeiramente essencial neste momento crítico que vive o país, as famílias e o mundo inteiro.

Não podemos esquecer que o número de jovens desempregados aumenta a cada dia que passa, as pontes do Distrito de Lembá estão por reconstruir, as estradas continuam esburacadas, a reconstrução da estrada de Neves encontra-se num estado lastimável, o caminho para o único aeroporto de São Tomé está perigosamente transitável, a drenagem da capital grita por socorros, a Marginal 12 de Julho encontra-se num estado de degradação insuportável, a energia elétrica é cada vez mais um género raro no mercado nacional, enquanto a corrupção grassa como nunca visto.

A juventude aguarda ansiosamente pelos 9 000 novos postos de emprego prometidos, pela construção das quatro barragens hidroelétricas, pelos aviões voando com as cores nacionais, pela construção das vinte mil casas, pelo navio novo em folha, ligando Príncipe a São Tomé, em condições de conforto e segurança, pela descida dos preços dos medicamentos, consultas e exames, a baixa dos preços dos géneros de primeira necessidade, redução dos impostos, enfim, pelo crescimento robusto, que permitirá ao povo viver mais desafogadamente conforme as promessas do MLSTP.

Por conseguinte, a Direção do ADI vem comunicar a todo o povo de São Tomé e Príncipe que não há nada de novo sobre o assunto, senão novos pretextos para retomar a perseguição, continuar a destruir o país e desviar a atenção do povo daquilo que é essencial para a sua sobrevivência, o progresso do país e a expansão das potencialidades da nossa juventude. Mantenhamos firmes, unidos e determinados.

São Tomé, 08 de Maio de 2022.

Viva São Tomé e Príncipe

Viva a Democracia

Viva ADI

